

COORDENAÇÃO

JANE LÚCIA WILHELM BERWANGER
MARCO AURÉLIO SERAU JR.
MELISSA FOLMANN

PREVIDÊNCIA

em Tempo de Reformas

LEX MAGISTER


Instituto Brasileiro de
Direito Previdenciário - IBDP

www.ibdp.org.br

Porto Alegre, 2015

Copyright © 2015 by Editora Magister

1ª edição: Setembro de 2015

Editoração Eletrônica: Editora Magister

Editor Responsável: Fábio Paixão

Capa: Fernanda Napolitano

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor. (Lei 9.610, de 19.02.98 - DOU 20.02.98)

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

P944 Previdência em tempo de reformas / Coordenação de Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, Marco Aurélio Serau Jr. e Melissa Folmann. – Porto Alegre : Magister, 2015.

16x23 cm. ; 320 p.
ISBN 978-85-85275-51-8

1. Direito. 2. Direito previdenciário. 3. Previdência social. 4. Medida Provisória nº 664/2014. 5. Lei nº 13.135/2015. 6. Lei nº 13.146/2015. I. Berwanger, Jane Lúcia Wilhelm. II. Serau Jr., Marco Aurélio. III. Folmann, Melissa.

CDU 349.3

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima - CRB 10/1273

Alameda Coelho Neto, 20 / 3º andar
91340-340 - Porto Alegre - RS
(51) 4009.6160 - www.editoramagister.com

Sumário

PARTE I – ANÁLISE GERAL DO PROCESSO DE REFORMAS

Da aplicação do princípio <i>in dubio pro misero</i> e a alegação de fraude previdenciária como fator determinante para as alterações legislativas prejudiciais aos segurados <i>Andressa Abreu da Silva</i>	13
Reformas previdenciárias como prováveis causas de aumento de litigiosidade <i>Bruno Takahashi</i>	23
Na crista da onda do ruído (acima de 90 decibéis): uma interpretação constitucionalmente adequada? <i>Diego Henrique Schuster</i>	35
As reformas previdenciárias de 2015. O que sobrou? <i>Fábio Zambitte Ibrahim</i>	47
Elementos estranhos ao conceito do segurado especial <i>Jane Lúcia Wilhelm Berwanger</i>	57
Neoliberalismo, retrocesso social e baixo grau de “politização” dos direitos previdenciários no Brasil <i>Marco Aurélio Serau Junior e José Ricardo Caetano Costa</i>	71
Da vedação do retrocesso dos direitos conquistados pela sociedade via Assembleia Constituinte <i>Raysa Graziela Karas e Antônio Miozzo</i>	85
A crise do “orçamento social” no Brasil e as consequentes antirreformas (Lei nº 13.135/2015): crise do Parlamento x crise da legalidade <i>Roberta Soares da Silva</i>	101
Reforma previdenciária e o futuro do sistema de proteção social brasileiro <i>Wagner Balera</i>	113

PARTE II – PENSÃO POR MORTE, BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE E AUXÍLIO-RECLUSÃO

Aspectos processuais da Lei nº 13.135/2015 relativa à concessão dos benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão

Adriano Mauss..... 131

O conceito de deficiência reafirmado pelas Leis ns. 13.135/2015 e 13.146/2015 como condição para o reconhecimento da dependência econômica dos filhos e irmãos maiores de 21 anos, com relação ao segurado da Previdência Social

Alexandre Schumacher Triches 147

Aspectos relevantes da perícia médica da Previdência Social em face das reformas previdenciárias advindas da Lei nº 13.135/2015

Aline Medeiros 163

Pensão por morte, carência, convivência e a Lei nº 13.135/2015

Fernando Ferreira Calazans 181

Lei nº 13.135/2015 e as alterações produzidas no benefício de pensão por morte: análise crítica à luz dos direitos humanos

Gisele Jucá..... 195

O auxílio-reclusão e as alterações promovidas pela Lei nº 13.135/2015

Giselle de Amaro e França 209

Parâmetros constitucionais dos direitos previdenciários: pensão por morte e a Lei nº 13.135/2015

Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 215

A Previdência Social em crise e as reformas no RPPS federal: o que muda com a Lei nº 13.135/2015

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos..... 225

Pensão por morte e auxílio-reclusão para cônjuge e companheira(o) após a edição da Lei nº 13.135/2015

Melissa Folmann e João Marcelino Soares..... 237

Reformas previdenciárias e contraprestação

Valber Cruz Cereza..... 263

PARTE III – VALOR DO BENEFÍCIO, FÓRMULA 85/95 E FATOR PREVIDENCIÁRIO

A Medida Provisória nº 676/2015 exige mais tempo de trabalho do professor do que o estabelecido no § 8º da Constituição Federal. O professor continua no prejuízo

Cleci Maria Dartora..... 279

As atividades concomitantes e as reformas previdenciárias recentes

Emerson Costa Lemes..... 289

Breve reflexão acerca do direito à aposentadoria do professor à luz dos entendimentos do STJ, da TNU e recentes reformas promovidas no direito previdenciário brasileiro

Vanêssa Maria Sens Reckelberg 305